



**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DE CIÊNCIAS E A  
NECESSÁRIA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Emília Gomes Santos<sup>1</sup>  
Ana Cristina Santos Duarte<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva é um tema atual e relevante, considerando o aumento do número de matrícula de alunos com necessidades especiais na escola regular. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 2, art. 3º (2001) a educação inclusiva,

é um processo educacional que assegura recursos e serviços educacionais especializados, organizados institucionalmente para apoiar e complementar os serviços educacionais comuns, a fim de promover e garantir o desenvolvimento das potencialidades do educando com necessidade educacional especial, em todas as modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p.1).

Sendo assim, a formação do professor, é um fator crucial, principalmente no que se refere a inclusão pois, o professor deverá ter um olhar atento para toda e qualquer diferença dentro da sala de aula. No art. 59. §3 da LDB diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p.25).

No inciso primeiro da Lei de Diretrizes e Bases (1996) fala que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades dos alunos que necessitam de educação especial. Observamos que não

1 Discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: milgomes9@hotmail.com

2 Professora do Departamento de Ciências Biológicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: tinaduarte2@gmail.com



há, nesta lei, distinção de tipo de deficiência, simplesmente, pede-se que a escola preste serviços, que se adeque as necessidades especiais dos alunos com deficiência.

Os desafios em relação a inclusão são imensos, considerando as particularidades e capacidade de cada aluno com deficiência. Em relação a estes desafios a UNESCO ressalta que as “escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (BRASIL, 1994, p. 5).

Apesar de sabermos a importância da efetivação da lei, muitas escolas sofrem com a falta de recursos, tanto pessoal quanto estrutural. A maioria das escolas não possuem espaços adequados, salas multifuncionais, materiais apropriados, professores capacitados para lidar com as especificidades de cada aluno.

Mantoan (2003) afirma que ao professor compete estar e se sentir preparado para a convivência de alunos com necessidades especiais, buscando na classe heterogênea as potencialidades inerentes a cada aluno, proporcionando crescimento, respeito, aprendizado e novos pontos de vista. Porém, Tessaro (2005), indicou a falta de preparo/capacitação dos profissionais como uma das principais dificuldades para o processo inclusivo.

Assim, destacamos a necessidade de formação de professores de Ciências, que ultrapasse a ideia de métodos e técnicas de ensino e de uma visão simplista do Ensino de Ciências, conforme discutem Carvalho e Gil Perez (2006).

Diante deste contexto, levantamos o seguinte problema a ser investigado: Como tem ocorrido a inclusão de alunos com deficiência no ensino de ciências? Objetivamos, então, identificar e traçar um perfil dos alunos com deficiência que estão sendo incluídos no ensino de ciências nas escolas regulares na cidade de Itagi.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no município de Itagi, Centro-Sul Baiano, que tem uma população demográfica de aproximadamente 13.276 habitantes (IBGE). Foram identificadas no município 07 escolas municipais e 02 estaduais, sendo 08 do ensino fundamental e 01 ensino médio. O instrumento utilizado para a obtenção dos dados foi uma entrevista não estruturada aplicada aos diretores e coordenadores das escolas. A entrevista versava sobre



o número de alunos, tipo de deficiência e série que estavam matriculados e como ocorria a inclusão no ensino de ciências. Foram detectados 60 alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares. Sendo elas: DI- Deficiência Intelectual, DF- Deficiência Física, PC - Paralisia Cerebral, DM- Deficiência Múltipla ND- Deficiência não definida, DA- Deficiência Auditiva, Autistas, Síndrome de Down e Baixa Visão.

Ressaltamos, que o Autismo é um transtorno complexo do desenvolvimento, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas que se manifesta em graus variados de gravidade (GILLBERG, 1990; SCHMIDT, 2011), entretanto na escola é indicado como deficiência.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Por meio de uma entrevista não estruturada com os diretores e coordenadores das escolas, verificamos que o município de Itagi tem procurado cumprir a legislação que preconiza que os alunos com deficiência devem estar matriculados na escola regular. Identificamos também os tipos de deficiência e a série em que estão matriculados, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1: Número de escolas contendo o nível, tipo de deficiência e série.

Escola	Nível de Escolaridade	Tipo de deficiência	Número de alunos com deficiência (60)
Escola 1	Fundamental I	DF, DI, PC, DOMN, DM, AUTISTA	17
Escola 2	Fundamental I	PC,DI, DOWN	11
Escola 3	Fundamental I	DI, BAIXA VISÃO, NÃO DEFINIDA	8
Escola 4	Fundamental II	DI, DOWN, AUTISTA, DA	15
Escola 5	Educação Infantil	DOWN, AUTISTA	3
Escola 6	Ensino Médio	DI, DA	2
Escola 7	Fundamental II	DI	4

Fonte: Dados da pesquisa



Quadro 02 – Tipo de deficiência e número de alunos

Tipo de Deficiência (8)	Número de alunos (60)
DI	37
DOWN	6
DA	4
DF	3
AUTISTA	3
PC	3
BAIXA VISÃO	1
DF	1
ND	2

Fonte: Dados da pesquisa

Observamos acima que de um total de 09 escolas, 07 recebem alunos com deficiências e conforme a tabela 01, praticamente estão matriculados e frequentando as escolas e conseqüentemente, o ensino de Ciências, quase todos os tipos de deficiência e nas variadas séries, todavia há uma defasagem idade série, considerando, que a maioria das pessoas com deficiência começam a frequentar a escola em idade já um pouco avançada, inferimos que isso aconteça devido ao excesso de proteção dos pais em relação a seus filhos e o medo dos mesmos sofrerem discriminação na escola.

Também, de acordo com os depoentes, os alunos deficientes frequentam a sala de aula regular em um turno e no oposito recebem apoio no AEE (Atendimento Educacional Especializado), que são salas estruturadas para oferecer apoio pedagógico aos alunos com deficiência. Identificamos que existem apenas 03 salas de AEE no município para dar suporte a todos os alunos.

Ressaltamos que a maioria dos alunos com deficiência matriculados nas escolas possui laudo, apenas 05 não possuem. De acordo com o art. 2º, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência,

a avaliação da deficiência, quando imprescindível, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação (BRASIL, 2015, p.1)

Vale ressaltar a importância social do aumento do número de alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares, considerando o direito e o exercício da cidadania.



Por este motivo, os professores de Ciências precisam estar preparados para promover a permanência e aprendizagem destes alunos, estimulando as potencialidades, utilizando recursos didáticos adaptados e adequados a cada necessidade, da interação e colaboração de toda comunidade e sobretudo, por meio da formação e apoio ao professor. Segundo Carvalho, Gil Perez (2006), tais competência são conquistadas no processo educacional, durante as discussões, reflexões críticas, na formação continuada por meio do trabalho docente coletivo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que a cidade de Itagi tem tentado realizar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, embora as escolas enfrentem muitas dificuldades devido a falta de recursos financeiros e humanos.

Os resultados apontam que foram inseridos nas escolas regulares 60 alunos com as mais diversas deficiências, distribuídos em todos os níveis de ensino.

Quanto ao ensino de Ciências, não há uma adequação para os alunos deficientes, pois os professores não estão preparados para trabalhar com a inclusão, sendo assim é necessária formação continuada, a fim de promover um ensino de Ciências que valorize as diferenças dos alunos, suas especificidades e a interação em sala de aula.

**Palavras-chave:** Inclusão; ensino de ciências; formação de professores.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 11 de fevereiro de 2001.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. *Formação de Professores de Ciências*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006

GILLBERG, C. **Autism and pervasive developmental disorders**. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 31, 1990, p. 99-119.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SCHMIDT, C.; BOSA, C. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: autismo**. (In:) PETERSEN, C. S.; Wainer, R. *Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes; ciência e arte*. Porto Alegre; Artmed, 2011.

TESSARO, N. S. et al. *Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais*. **Psicol. Esc. Educ.**, v.9, n.1, Jun. 2005.